

# AS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FRANCESA EM FOCO: ENTRE CRISES E REDEFINIÇÕES DE UMA MEMÓRIA EM DISPUTA

## THE CELEBRATIONS OF THE BICENTENNIAL OF THE FRENCH REVOLUTION IN FOCUS: BETWEEN CRISES AND REDEFINITIONS OF A MEMORY IN DISPUTE

**João Paulo Rodrigues<sup>1</sup>**

Endereço profissional: Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa  
Esperança, Cuiabá – MT. CEP - 78060-900.

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir as transformações atravessadas pela memória da Revolução Francesa por ocasião dos festejos de seu Bicentenário, em 1989. Para tanto, traz para o debate as reflexões teóricas de autores como Pierre Nora e Andreas Huyssen, valendo-se de fontes como jornais e documentos do Acervo da Missão Bicentenário. Desafiada no final do século pelas intensas mudanças nas concepções sociais de tempo e de espaço, que até então lhe conferiam estabilidade, caberá à essa memória abrir-se a importantes redefinições.

**Abstract:** This article aims to discuss the transformations crossed by the memory of the French Revolution on the occasion of the celebrations of its Bicentennial, in 1989. To this end, it brings to the debate the theoretical reflections of authors such as Pierre Nora and Andreas Huyssen, using sources such as newspapers and documents from the Bicentennial Mission Collection. Challenged at the end of the century by intense changes in social conceptions of time and space, that until then they gave it stability, it will be up to that memory to open up to important redefinitions.

**Palavras-chave:** Bicentenário;  
Revolução Francesa; Memória.

**Keywords:** Bicentennial;  
French Revolution; Memory.

---

1 Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2009). Publicou "1932 Pela Força da Tradição" (Annablume, 2012) e "Os 40 anos de Faire de l'Histoire e a historiografia brasileira" (EdUFMT, 2016) - este último como co-organizador. Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT (PPGHIS).

## Os festejos do Bicentenário: um palco de afirmações e questionamentos

O Bicentenário da Revolução Francesa de 1789 foi planejado para ser uma comemoração marcante. Assim, com anos de antecedência, foram iniciados os preparativos e montadas as comissões para cuidar de todos os detalhes da efeméride, que deveria exaltar os duzentos anos da Revolução que “fundou” a França moderna e o mundo contemporâneo. Com efeito, tais eram as responsabilidades das tarefas e as pressões que recaíam sobre o trabalho da “Missão Bicentenário da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que no período de 1986 a 1989 houve redefinições significativas na presidência e no conjunto de seus membros.

O quadro 1 permite-nos uma visão geral sobre a estrutura de cargos e as equipes encarregadas dos trabalhos nos dois últimos anos da Missão. Ressalte-se que tais equipes foram compostas com profissionais de diversas áreas, nomeados em alguns casos diretamente por decretos governamentais e sob estrita supervisão de ministros e membros do Governo de François Mitterrand, em especial do Ministério da Cultura, da Comunicação, de Grandes obras e do Bicentenário.

Quadro 1 - Comissões da Missão Bicentenário da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1988-1989).

<b>Função</b>	<b>Em maio de 1988</b>	<b>Em outubro de 1988</b>
Presidente	Edgar Faure (03/1987 – 03/1988)	Jean-Noël Jeanneney (05/1988 – 12/1989)
Secretário geral (assuntos administrativos e financeiros)	Jean-Pierre Cabouat	Philippe Blondel
Secretário geral adjunto	Pierre Lunel	-
Diretor de gabinete	-	Monique Sauvage
Conselheiro do presidente	-	André de Margerie
Delegado para relações internacionais	-	Jean-Pierre Cabouat, Jean Mendelson
Relações com as comunidades locais e territoriais	Christian de Montrichard, Jean-Maurice Duval, René Guillot	-
Relações com comunidades locais e territoriais, Educação nacional e projetos locais	-	Christian de Montrichard, Charlotte Noyelle
Relações com a cidade de Paris	Olivier Passelecq	-
Coordenador de projetos	Didier Hamon, Thierry Collard, Arnaud de Champris,	Thierry Collard
Relações com patrocinadores	Thierry Collard	-
Diretor de Marketing e comercialização do logotipo	Danièle Langelier	Danièle Langelier

Relações públicas	-	Françoise Guilhermo
Assessor de imprensa	Marie Rouet, Catherine Botton	Angélique Oussedik
Diretor de comunicação	-	Jacques Banaszuk
Gerente de publicações	-	Paula Benichou
Comissão de Direitos do Homem	Pierre Lunel, Olivier Gagnier, Michel Cardon, Jean-Jacques Lubrina	Jean Mendelson, Jean-Jaques Lubrina
Historiografia, colóquios	Claire Andrieu, Pierre Lunel, Olivier Gagnier, François Baroin	-
Historiografia, Comitê científico, Educação nacional, Direitos das mulheres	-	Claire Andrieu, Charlotte Noyelle
Audiovisual	Marie-Christine Wellhoff, Gilles Moinot	-
Audiovisual, defesa nacional	-	Marie-Christine Wellhoff
Edições, exposições, manifestações artísticas	Elie Schulman	Elie Schulman
Eventos no exterior	Elie Schulman, Yves Marek	-
“La Lettre de la Mission”	Olivier Passelecq, Sybille Ionesco	Brigitte Fournaud
Serviço de documentação	Brigitte Fournaud	-
Juventude e esportes	-	Olivier Gagnier

Fonte: Decreto nº 86-1034, de 15 de setembro de 1986. Decreto nº 88-54, de 18 de janeiro de 1988. Decreto nº 88-823, de 18 de julho de 1988. ÉTIENNE-MAGNIEN, Agnès; LAMUR-BAUDREU, Anne Claude. *Le Bicentenaire de la Révolution: répertoire numérique détaillé des archives de la Mission du Bicentenaire*. Paris: Archives Nationales, 1991.

A despeito das reformulações que se nota nas equipes e em seus líderes restando pouco tempo para o início do ano festivo, não se pode dizer, entretanto, que o trabalho das mesmas não tenha sido bem preparado. A Missão Bicentenário, que à época contou com investimentos na ordem de 325 milhões de francos,<sup>2</sup> abriu-se para diversas direções, voltando-se para o interior, a capital e o exterior do país; preocupou-se devotadamente com a produção audiovisual, artística e a divulgação clara das imagens que gostaria de enfatizar, por meio de equipes dedicadas ao marketing, às relações com o público e com a imprensa; buscou abranger setores específicos, como as mulheres e os jovens; concedeu atenção especial à historiografia, ao serviço de documentação e à organização de acervos documentais; desenvolveu e patrocinou vários projetos, eventos e espetáculos para as comemorações do ano de 1989.

A extensão e as ambições do trabalho, para se ter ideia, suplantavam o território francês. O Governo de François Mitterrand, por exemplo, empenhou-se incansavelmente para reunir em Paris, em plenas festividades de 14 de Julho, a cúpula

<sup>2</sup> Le coût de la fête selon Matignon, *Le Monde*, Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/le-cout-de-la-fete-selon-matignon\\_4146993\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/le-cout-de-la-fete-selon-matignon_4146993_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

dos sete países mais industrializados do mundo, o G7.<sup>3</sup> O historiador Michel Vovelle, no que lhe concernia como responsável pela Comissão de pesquisa histórica para celebração do Bicentenário da Revolução, percorreria o globo terrestre em inúmeras viagens que perfariam mais de 450 mil quilômetros (distância suficiente para dar algumas voltas ao mundo), as quais almejavam, naturalmente, fomentar os debates em lugares diversos a respeito dos legados da Revolução Francesa para a posteridade.<sup>4</sup>

E, de fato, o tema do Bicentenário, por intermédio de representantes da comissão organizadora ou não, seria assunto em vários países mundo afora. No Brasil, a título de exemplo, para além dos eventos acadêmicos realizados em universidades, selos e publicações comemorativas foram lançados, como uma edição especial da Revista Manchete em língua francesa, que seria distribuída em Paris, contendo, entre outras coisas, uma mensagem do então presidente José Sarney ao povo francês, em que exaltava os feitos e os legados da Revolução de 1789.<sup>5</sup> Houve até a nomeação de uma rua no Recife como Avenida Bicentenário da Revolução Francesa.

Já na França, por sua vez, palco central das efemérides, aconteceram atividades múltiplas em 1989, que incluíam entre outras: a plantação de árvores da liberdade; o desfile dos Estados Gerais em Versalhes; a parada de 14 de Julho em Paris; e o aniversário da Batalha de Valmy, além de exposições, como a inauguração do espaço “Tuileries 89”.

Vasta documentação testemunha esses festejos.

---

3 La réunion des "Sept" et le Bicentenaire. Contre-offensive de la majorité après les attaques sur les "fastes". Le Monde, Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/la-reunion-des-sept-et-le-bicentenaire-contre-offensive-de-la-majorite-apres-les-attaques-sur-les-fastes\\_4146987\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/la-reunion-des-sept-et-le-bicentenaire-contre-offensive-de-la-majorite-apres-les-attaques-sur-les-fastes_4146987_1819218.html) Acesso em 25/11/2019.

4 BAECQUE, Antoine de. Um mercado mundial de ideias: o “Bicentenário” da Revolução. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998. p. 321-334. p. 328.

5 Manchete, Rio de Janeiro, edição especial jul. 1989. Disponível em: <https://www.bolorinileioes.com.br/peca.asp?ID=4493775> Acesso em 24/11/2019.

Figura 1 - Cena do desfile noturno de 14 de julho, em comemoração à Tomada da Bastilha.



Fonte: LEMAIRE, Valentin. Quatorze 14 juillet. Disponível em: <https://www.7x7.press/quatorze-14-juliet#close> Acesso: 24/11/2019.

Se o primeiro plano da imagem é ocupado por uma riqueza de símbolos, cores, personagens emblemáticos e tropas, tudo arquitetado com muita antecedência pelo renomado diretor artístico Jean-Paul Goude, merece destaque também a expressiva multidão que acompanha o desfile na avenida Champs Élysées, em Paris, e aparece comprimida, lutando por espaço, quase encoberta pelas sombras, no canto direito da imagem.

Ora, à vista deste apanhado de fontes e informações, fica em nós a sensação de que as comemorações pelo Bicentenário da Revolução Francesa foram um sucesso absoluto de público e crítica, que atingiram em plenitude os objetivos traçados por seus organizadores. Curiosamente, entretanto, esta não foi a sensação de muitos dos franceses que viveram em 1989. O consenso em favor das celebrações e da lembrança da Revolução não apenas não existiu, como, segundo o conhecido historiador inglês Eric Hobsbawm, o momento dessas celebrações foi “amplamente dominado *por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança*” (grifos nossos).<sup>6</sup>

Nesse sentido, também o jornal *Le Monde*<sup>7</sup> publicou matérias em que se podem notar acirrados embates entre o Governo francês, guardião da memória e responsável último pelos festejos, e os muitos críticos da comemoração. Em uma dessas matérias,

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 145.

<sup>7</sup> O *Le Monde* é um importante jornal francês fundado em 1944, em Paris, sendo um dos mais relevantes em seu país e no mundo. No decorrer de sua história, obteve notória expansão e, à beira da falência em 2010, passou às mãos de novos investidores. No período que mais interessa a essa pesquisa, o final dos anos de 1980, o periódico pautava-se menos por registrar fatos do que por produzir análises e opiniões com independência editorial.

os antagonistas são classificados como:

[...] três categorias de cidadãos: os “revisionistas”<sup>8</sup> de todos os tipos que procuram relegar os ideais da Revolução ao armário das peças antiquadas da história; os jocrisses<sup>9</sup> que discutem profundamente sobre os méritos de 1789 e os inconvenientes de 1793; os estúpidos que hoje reduzem essa herança aos problemas do trânsito no centro de Paris.<sup>10</sup>

Diante disso, algumas indagações se impõem: como explicar o fato de que as efemérides de 200 anos de um dos marcos memoriais mais consagrados da história contemporânea da França e do mundo tenham sido “amplamente” dominadas “por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança”?<sup>11</sup> A que atribuir as cisões e as manifestações contrárias ao planejamento elaborado pela Missão organizadora?

Por óbvio, os trabalhos e pesquisas já realizados a respeito do Bicentenário trouxeram elementos importantes para discutir essas questões. Patrick Garcia, por exemplo, chamou atenção para o fato de que a memória da Revolução Francesa, em 1989, aparecia associada ao socialismo e à luta dos revolucionários russos de 1917 e, como tal, foi alvo de intensa crítica desferida pelos adversários do “totalitarismo” no final da Guerra Fria.<sup>12</sup> Antoine Baecque, por seu turno, destacou a força da historiografia revisionista à época, não apenas na academia, mas também na mídia francesa e internacional, a qual provocaria abalos significativos nos conhecimentos históricos produzidos e nas formas de apropriação desse passado.<sup>13</sup>

Neste artigo, todavia, gostaríamos de discutir a questão por um outro prisma. Acreditamos que as dificuldades encontradas pelos organizadores dos festejos do Bicentenário possam ser compreendidas também com base em uma perspectiva mais ampla do que as já formuladas, qual seja a crise das próprias memórias coletivas, que se deu a partir das últimas décadas do século XX. Nesse cenário, a se confirmar a nossa hipótese de partida, o enfraquecimento das memórias coletivas não apenas contribuiria para explicar os desafios impostos à comemoração do Bicentenário, como as

---

8 Revisionistas, segundo Alice Gérard, são os historiadores que “se empenharam em dar um caráter normal ao fenômeno revolucionário francês [...] seja tentando desmistificá-lo, libertando-o de tudo que lhe foi acrescentado por uma visão ulterior [...] seja incorporando-o [...] ao conjunto dos movimentos [...] que agitam o Ocidente desde a Revolução americana [...] seja através de um encaminhamento analítico e crítico, atacando diretamente os conceitos básicos da historiografia marxista [...]”. GÉRARD, Alice. A Revolução Francesa (mitos e interpretações). São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 120-121.

9 Personagem de teatro, popular, que encarna a tolice e o constrangimento.

10 Os trechos de outros idiomas traduzidos por mim serão cotejados com a versão original, em notas de rodapé. “[...] trois catégories de citoyens: aux “révisionnistes” de tout poil qui cherchent à reléguer les idéaux de la Révolution au placard des ringardises de l'histoire; aux jocrisses qui salonnent gravement sur les mérites de 1789 et les inconvénients de 1793; aux crétins qui réduisent aujourd'hui cet héritage aux embarras de la circulation dans le centre de Paris.” Les droits de l'homme noir. Le Monde, Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/les-droits-de-l-homme-noir\\_4137607\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/les-droits-de-l-homme-noir_4137607_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

11 HOBBSAWM, Eric. Ecos da Marselhesa. Op. cit., p. 145.

12 GARCIA, Patrick. Le Bicentenaire de la Révolution française. Paris: CNRS-éditions, 2000. p. 13.

13 BAECQUE, Antoine de. Um mercado mundial de ideias: o “Bicentenário” da Revolução. Op. cit., p. 321-334. A lista de trabalhos e pesquisadores que comentaram sobre o Bicentenário na França é extensa. A editora Gallimard, por exemplo, dez anos após a ocasião, reuniu em livro os principais artigos publicados na revista Le Débat sobre o assunto, dentre os quais sobressaíam nomes como Maurice Agulhon, François Furet, Mona Ozouf, Dominique Julia, Jacques Revel e Pierre Rosanvallon. Ver: AGULHON, Maurice et al. 1789: La Commémoration. Paris: Gallimard, 1999. Algumas obras também se tornaram polêmicas, como KAPLAN, Steven. Adieu 89. Paris: Fayard, 1993, entre outras.

dificuldades então enfrentadas nos ajudariam a entender melhor a crise das grandes memórias organizadoras no período.

Para encaminhar tal proposta analítica, contudo, é necessário primeiro tentar entender as transformações da memória coletiva no período e desvendar as linhas de força do mundo contemporâneo que levaram a tais transformações. Apenas após esta necessária incursão histórica e ontológica – cuja complexidade reivindicará uma seção inteira – poderemos retornar ao tema do Bicentenário para testar a hipótese formulada.

## **Crises e redefinições da memória coletiva no final do século XX**

### **1- Os lugares de memória**

Com efeito, na década de 1980, o historiador e editor francês Pierre Nora, dirigindo a conhecida coleção *Les Lieux de Mémoire*, trouxe à tona um conjunto de problemas e questões a respeito da memória que vinham incomodando diferentes pesquisadores de seu país e do exterior.<sup>14</sup> De maneira geral, Nora e os autores a ele agrupados alertavam ao fato de que alguma coisa estava mudando drasticamente na conformação da memória coletiva,<sup>15</sup> na parte derradeira do século XX. Com certa inquietação, o diretor da publicação afirmava: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”.<sup>16</sup>

Naturalmente, Nora não estava se referindo à capacidade humana de lembrar, quando afirmou que a memória “não mais existia”. O que o organizador da afamada coleção sinalizava era a impactante transformação sofrida pela memória coletiva naquele período. Em especial, a memória coletiva nacional francesa. Esta, por muito tempo gloriosa, vivificada cotidianamente entre as pessoas, se via agora surpreendentemente limitada em seus meios de transmissão, em seu poder de estruturação e de continuidade histórica. Já não se compartilharia, então, a chama do passado nacional espontaneamente como em outros tempos.

Contudo, afora a nacional, outras grandes memórias coletivas outrora

---

14 Conforme Armelle Enders, “cerca de 130 historiadores oriundos dos mais diferentes planetas da galáxia institucional que alimenta a pesquisa histórica na França [...] associaram suas competências para dar à luz uma obra que desde o lançamento foi considerada capital pelos círculos intelectuais franceses”. ENDERS, Armelle. *Les Lieux de Mémoire*, dez anos depois. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 6, p. 132-137, 1993. p. 132. Alguns dos sete volumes da obra (lançada na França entre 1984 e 1993) foram traduzidos na Inglaterra e Estados Unidos. Além disso, a coleção inspirou empreendimentos semelhantes na Alemanha, Itália, Países Baixos e Rússia. No Brasil, o texto de Nora (de 1984), traduzido em 1993 na revista Projeto História, segue sendo um dos mais importantes referenciais para as discussões e projetos sobre a memória.

15 “No sentido estrito do termo, não existe memória que não seja individual. Não é, contudo, abusivo falar, paralelamente, em memória coletiva, ainda que muitos especialistas de ciências sociais contestem o termo. Mesmo sem ter lido o sociólogo francês Maurice Halbwachs, basta se ter uma longa prática no recolhimento de informação oral para que se verifique sua pertinência”. JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? Escritos/ um. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007. p. 224. Conforme, Pollak, dentre as funções da memória coletiva estão: definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes; e manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. Sobre a definição de memória coletiva ver também HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. DOSSE, François. *A oposição História/Memória*. In: \_\_\_. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004, entre outros.

16 NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. p. 7.

imponentes, vigorosas, organizadoras<sup>17</sup> – de partidos, igrejas, regiões, aldeias, etc. – também padeceriam dos mesmos males, como lembra Nora:

É o mundo inteiro que entrou na dança [...]. Fim das sociedades-memórias, como todas aquelas que asseguram a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado. Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a passagem do passado regular ao futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro [...].<sup>18</sup>

Tanto que Nora sustentaria a ideia de que enfraquecida em seus meios de transmissão, não mais compartilhada espontaneamente entre gerações, à memória coletiva restaria abrigar-se em lugares, os lugares de memória. Tais lugares, em síntese, representariam um misto. Ao mesmo tempo, memória ainda encarnada, porém, não mais gozando do mesmo poderio de perpetuação que antes:<sup>19</sup> “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos-testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade”.<sup>20</sup>

E mais. Como consequência deste “fim da memória”, deste processo de perda – talvez, para tentar compensar o vazio deixado pela quebra de referências identitárias históricas – se sucederia no final do século uma verdadeira corrida aos lugares de memória, sobretudo, aos arquivos e ao patrimônio, em uma busca desesperada (e infrutífera) das pessoas por tentar salvar tudo o que se perdia:

Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores [...]. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo presente e a preservação integral de todo passado.<sup>21</sup>

Nora ainda voltaria à noção de “lugares de memória” em textos posteriores ao ensaio de abertura de 1984 – como “nação-memória” (tomo II, *La Nation*), “geração” (tomo III, *Les France*) e “a era da comemoração” (tomo III, *Les France*) –, lamentando, todavia, que a própria noção criada para analisar criticamente o processo tivesse sido apropriada por parte do “frenesi comemorativo”, que se seguiu a crise da memória

---

17 Esta expressão específica é empregada pelo antropólogo Joël Candau para designar a memória coletiva: “Doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos em uma trama narrativa, são as pedras angulares de memórias fortemente estruturadas que contribuem, no interior de um grupo ou de uma sociedade, para orientar duravelmente as representações, crenças, opiniões e para manter a ilusão de seu compartilhamento absoluto e unânime. Essas grandes categorias organizadoras de representações identitárias coletivas são mais eficazes quando dispõem [...] de meios de memória: escola, igreja, Estado, família, que com suas práticas e ritos diversos difundem e fazem viver essas grandes memórias organizadoras”. CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 182.

18 NORA, Pierre. *Entre memória e História: a problemática dos lugares*. Op. cit., p. 8.

19 Idem, p. 7.

20 Idem, p. 12-13.

21 Idem, p. 14.

coletiva e que sustentava a necessidade urgente de “salvar” os “lugares de memória”:

“Estranho destino o desses Lugares de memória: pretenderam ser, por seus procedimentos, métodos e pelo próprio título, uma história do tipo contracomemorativo, mas a comemoração os agarrou”. Desejou-se “fazer das próprias comemorações um dos objetos privilegiados de sua dissecação”, e a bulimia comemorativa absorveu a tentativa destinada a dominar o fenômeno [...]”.<sup>22</sup>

Ora, se tomamos como ponto de partida a exposição dos problemas levantados no conhecido e clássico artigo de Pierre Nora, é porque a obra coletiva dirigida por ele nos anos oitenta e noventa do século passado foi responsável por identificar, pioneiramente, a crise da memória no período em que se deu o Bicentenário da Revolução Francesa, fornecendo pistas que exploraremos um pouco mais adiante.

Entrementes, o pioneirismo e o extenso reconhecimento acadêmico dos méritos desta coleção não significam que ela seja a única possibilidade de interpretação das transformações da memória no período do Bicentenário. Em história ou outras áreas do saber, as mudanças enfrentadas pela memória coletiva viriam a ser alvos de renovadas discussões, inclusive, em diálogo com a interpretação capitaneada pelo organizador de *Les Lieux de Mémoire*.

## 2- A força das memórias plurais

No âmbito da crítica literária norte-americana, por exemplo, no final da década de 1990, Andreas Huyssen partiria de problemas parecidos com os levantados por Nora, porém, não apenas chegaria a conclusões distintas das dele como, em certa medida, antagônicas. Em suas palavras:

Os lugares de memória (*lieux de mémoire*), em Nora, compensam a perda dos meios de memória (*milieux de mémoire*) [...].

Este argumento conservador [...] precisa ser retirado de seu marco de referência binário (lugar *versus* meio em Nora [...]) e empurrado para uma outra direção, que não esteja ligada a um discurso de perda e que aceite o deslocamento fundamental nas estruturas do sentimento, experiência e percepção, na medida em que elas caracterizam o nosso presente que se expande e se contrai simultaneamente.<sup>23</sup>

A crítica de Huyssen, portanto, atinge não a ideia de que a memória coletiva esteja sofrendo crises e mudanças decisivas em sua conformação durante as últimas

22 NORA apud RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. p. 419.

23 HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 29.

décadas do séc. XX, mas o modo como Nora interpreta essas redefinições da memória em sua obra. Como vimos, para o historiador francês, que escreve olhando principalmente para a França dos anos setenta e oitenta, o que estaria ocorrendo com a memória coletiva no período seria um processo de enfraquecimento irrevogável, uma dificuldade de transmissão para as novas gerações pela própria ineficácia dos meios habituais de memória – tais como as sociedades-memórias e ideologias-memória supracitadas – resultando, em contrapartida, na busca desenfreada das pessoas, carentes de referenciais, por salvarem o que fosse possível, em uma verdadeira corrida aos restos, aos lugares de memória.<sup>24</sup> Huyssen, que versa sobre o assunto depois de Nora e enxerga o mesmo processo um pouco mais adiante, opta por atribuir-lhe um sentido diferente. Para ele, não se trataria tão somente de concentrar-se na “perda” dos meios de transmissão das grandes memórias coletivas e na corrida aos lugares de memória que a “compensa”, como teria feito Nora. Tratar-se-ia sim de “aceitar” que o que estaria em curso no momento seria um “deslocamento nas estruturas do sentimento, experiência e percepção temporal”, o qual ensejaria novas compreensões sobre a memória, que não necessariamente significariam “fins” ou “perdas”, como interpretara Nora, mas o advento de outras relações com o passado e a memória.

Para que fique claro esse argumento de Huyssen, é preciso ter presente que subjaz à sua leitura um intenso debate interdisciplinar, que se ampliou consideravelmente e adquiriu contornos de significativa complexidade nas últimas décadas. A própria noção de memória (individual, coletiva, social) foi sendo refinada em termos teórico-conceituais, permitindo-se perceber, a exemplo, que longe de ser um espaço de união voluntária e harmoniosa (como Halbwachs,<sup>25</sup> principal referência de Nora, dera a entender) a memória coletiva, em seu processo de construção, é palco de intensas disputas e muitas vezes uniformizações arbitrárias, que relegam ao silêncio as lembranças de grupos minoritários que também compõem a coletividade.<sup>26</sup> Nesse ínterim, a erosão de certas memórias coletivas (de que Nora se ocupa) nem sempre é um fim ou uma perda, em especial às minorias, que quando isso acontece podem, enfim, vir à tona e ter suas lembranças reconhecidas – aqui, pode-se pensar, por exemplo, nas memórias dos diversos grupos subalternos brasileiros, desde sempre silenciados em nossa memória nacional, como índios e negros, entre outros, que com muita luta extravasam hoje as barreiras dessa memória e reivindicam seu espaço, inclusive, em símbolos pátrios e em manuais escolares.

À luz dessas informações, entende-se melhor as críticas de Huyssen a Nora, de que insistir em interpretar as mudanças da memória apenas pela retórica da perda

---

24 NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Op. cit., p. 14.

25 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Op. cit.

26 Michael Pollak explica que: “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas [...] lembranças proibidas [...], indizíveis [...] ou vergonhosas [...] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante”. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Op. cit., p. 8.

constituiria um argumento conservador (por “esquecer” as memórias minoritárias que podem vir à tona); e que é preciso “empurrar” a discussão “para uma outra direção”.

O trabalho da antropóloga alemã Aleida Assmann, nesse sentido, exemplifica esse “novo” olhar sobre as transformações da memória a que Huysen se refere. Em seu “Espaços da Recordação”, Assmann enfatiza justamente – e com menção direta a Nora – que a perda da força de algumas formas de memória na “cultura atual” veio acompanhada da ascensão de outras, tão importantes como elas: “Enquanto certos tipos de memória se retraem (como a memória de aprendizagem, a formativa e, com referência à shoah, a memória experiencial)”, diz a autora, “outras formas ganham claramente importância”. Assim,

Hoje se contrapõem à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade. Ninguém pode negar que essas memórias se tornaram uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias.<sup>27</sup>

Em outros termos, mas à luz do pensamento de Assmann, pode-se dizer que o colapso das grandes memórias organizadoras no topo – de nações, igrejas, sindicatos, regiões, etc. – corresponderia à fragmentação dessas memórias na base. E esse movimento, por sua vez, não precisa ser encarado apenas como fim de algo, mas também como mudança propositiva que, até mesmo, reconhece direitos de memória de minorias antes escamoteadas nos espaços coletivos.

A esta altura, já é bastante evidente a existência de diferenças no modo de interpretar a crise da memória coletiva nas últimas décadas. Se a paradigmática coleção historiográfica *Les Lieux de Mémoire*, diagnosticava um “fim” e mapeava os restos do passado em lugares, outras análises posteriores – puxadas em especial por não historiadores – parecem primar pelo “novo”, valorizar a emergência de memórias minoritárias, plurais ou “em migalhas”,<sup>28</sup> destacar sua “modernidade” e caráter, em certa medida, democrático, apostando nela.

Naturalmente, esse debate é muito mais amplo, interdisciplinar e abrange diversos outros pontos e desdobramentos que aqui não seria possível esmiuçar. Para a finalidade proposta no artigo, entretanto, os aspectos já explicitados nos parecem suficientes a fim de aclarar o problema em questão. Afinal, dessa incursão teórica resta evidente que quer tomada pelo ângulo do “fim” das grandes memórias coletivas e da corrida aos lugares de memória, quer entendida como erupção de novas memórias menores, mediante a crise daquelas mais convencionais, as comemorações do

---

27 ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011. p. 20.

28 HERVIEU-LÉGER, Danièle. *La religion pour mémoire*. Paris: Cerf, 1993.

Bicentenário da Revolução Francesa, em 1989, coincidiram com esse processo de desequilíbrio das grandes memórias coletivas. Antes, porém, de avaliarmos os possíveis impactos desta vacilação da memória nas celebrações do Bicentenário, é fundamental voltarmos-nos, ainda que brevemente, às causas da crise.

Pelas dimensões dos impactos provocados sobre a memória, nos deteremos nas transformações das noções de tempo e de espaço no final do século XX. Como veremos, a memória coletiva viveu seus momentos de maior poderio e estabilidade enquanto a concepção temporal predominante valorizava o passado como portador de ensinamentos importantes ao presente e ao futuro e ainda enquanto as fronteiras nacionais eram reconhecidas como pontos de referência estáveis de delimitação da memória. A modificação das percepções sociais sobre tempo e espaço coincidirão com a crise narrada até aqui.

### **3- As causas da crise e das redefinições**

#### **3.1- *Tempo: de um regime de historicidade a outro a memória muda de condição***

Em obra publicada no Brasil em 2006 e já bastante conhecida, Reinhart Koselleck<sup>29</sup> destacava o fato de que, longe de ser um dado estável, perene ou inalterável, as maneiras de perceber, valorizar e articular o tempo – passado, presente e futuro –, têm enraizamento histórico e, por isso, podem variar, guiando-se ora mais por uma ora mais por outra dessas noções.

Assim, por exemplo, o século XIX, diferindo de épocas anteriores e por motivos diversos, consagrou como determinantes não o passado ou o presente, mas a crença na Razão humana, na certeza do Progresso e, principalmente, na esperança do futuro. Capitalistas apostaram na vitória da ciência e da técnica sobre as limitações impostas pela natureza, o que levaria a humanidade a viver um novo e decisivo patamar; socialistas acreditaram no destino histórico da superação da luta de classes e da sonhada autonomia humana, livre de todas as formas de exploração. Com efeito, essa crença no horizonte vindouro é que durante boa parte dos séculos XIX e XX guiou, conduziu a maneira de engrenar passado, presente e futuro, atribuindo a este último um peso orientador.

Em termos mais específicos, nesta leitura do tempo, enquanto o passado deveria ser encarado como uma etapa necessária de preparação do presente, este, transitório, teria como papel principal a tarefa de abrir o caminho para a concretização do futuro idealizado como crucial, em que as benesses do Progresso seriam, enfim, colhidas de

---

29 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.

maneira plena e/ou igualitárias. Com base neste “projeto de futuro” ou “horizonte coletivo de expectativas”,<sup>30</sup> por conseguinte, é que os seres humanos da chamada modernidade ocidental,<sup>31</sup> capitalistas ou socialistas, atribuíam sentido, coerência e articulação ao tempo, erigiam suas grandes narrativas orientadoras.

E é justamente no bojo dessa engrenagem temporal que a memória coletiva viveria momentos de maior estabilidade e poderio, antes de ser atingida pela crise e a fragmentação que mencionamos há pouco. Considerando que o passado era valorizado como portador de ensinamentos importantes para a viabilização dos projetos de futuro em tela, a memória, com narrativas afinadas sobre a origem e o destino, ajudaria a transmitir sentido, ancoragem, direção e a congregar grupos e instituições em lugares diversos. O caminho das nações, partidos, movimentos de trabalhadores, entre outros, nessa perspectiva, seguiria um curso linear, do passado a um destino idealizado, e o recurso à memória o confirmaria.

Contudo, François Hartog chamaria atenção para a crise e a dissolução deste regime de historicidade<sup>32</sup> moderno nos anos de 1980, o que afetaria diretamente a conformação da memória coletiva, cujas transformações foram tema dos autores citados na parte anterior.

### **3.2- O presentismo e suas novas paixões**

Para Hartog, o que se vislumbra nesse momento é uma reorientação das percepções sobre passado, presente e futuro, em um novo quadro que, aos poucos, viria à tona. Com efeito, diversas razões que aqui não é possível<sup>33</sup> detalhar levariam à mudança. Todas elas, porém, apontando para uma descrença crescente no futuro e no Progresso como imaginados desde o século XIX, na certeza de que a humanidade estaria caminhando para um destino melhor, nas grandes utopias e projetos coletivos de futuro, seja de socialistas ou capitalistas.

Como esclarece Hartog, o credo no Progresso linear e no futuro “deteriorou-se sob o horizonte” e, com isso, a engrenagem temporal já não podia mais ser a mesma. O

---

30 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Op. cit., p. 305-327.

31 “Podemos definir a modernidade como um conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida [...] Esse projeto iluminista de modernização do mundo tinha duas vertentes, depois herdadas pelo liberalismo e pelo Socialismo: o aumento da eficácia e o aumento de autonomia. [...] essa dimensão instrumental e funcional garantiria um controle ilimitado do homem sobre a natureza”, além do que, “Pregava que a razão devia emancipar a humanidade, que a sociedade civil devia ser livre [...] Essa seria a modernidade ideal proposta pelo Iluminismo”. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 297-299.

32 Isto é, uma categoria de análise construída pelo pesquisador para tipificar a “maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias”. HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 11.

33 Em geral, as transformações trazidas pela chamada pós-modernidade estão entre as causas da mudança. Não há consenso acerca da noção de pós-modernidade, “a única definição [...] que parece haver na multiplicidade de ideias e conceitos discordantes presentes nesse ‘movimento’ é aquela que explica a pós-modernidade como a contestação da modernidade”. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. Op. cit., p. 338. Dos grandes projetos da Razão ocidental, “a eficácia degenerou em dominação, e é atualmente muito criticada por ser responsável pelos estragos ecológicos que o planeta enfrenta, pela desumanização das relações sociais, pela violência e belicosidade entre as Nações [...] a chamada modernidade real gerada pelo liberalismo e pelo Socialismo, não foi capaz de emancipar o homem”. Idem, p. 299. Outros acontecimentos como a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria; as crises do capitalismo e os avanços das tecnologias, entre outros, também estão entre as causas. Ver, por exemplo, OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989. HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7; ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Ed. Unesp, 1996. p. 3; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O Capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013, p. 164.

futuro não tinha como continuar a ser o ponto norteador dos sentidos do tempo. Na nova articulação que emergia da crise caberia então ao presente ser o guia, a referência de maior relevo na orientação temporal. Em suas palavras, “O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato”.<sup>34</sup> É, portanto, um “presente que se expande e se contrai simultaneamente”,<sup>35</sup> trazendo a leitura de Huysen para o debate.

Isto posto, fica claro que a memória coletiva não poderia atravessar tal conjuntura de crise temporal sem sofrer as transformações que explicitamos nas páginas precedentes. Poderosa e uniformizadora no regime de historicidade moderno – quando o passado coletivo era reconhecido como etapa indispensável de preparação de um futuro “certo” – a memória sofreria acentuadas alterações mediante os novos valores conferidos ao presente, ao presentismo e ao individualismo, que buscam pelo passado apenas na medida em que lhes interessa, sem os projetos coletivos ou as velhas utopias de antes. Perde-se, assim, o sentido das grandes narrativas coletivas; eleva-se a busca utilitarista e descompromissada do passado e do futuro individuais; o imediato e o particular se tornam as referências.<sup>36</sup> Restam, desse modo, os lugares de memória, a fragmentação, a memória plural.

Jean-Pierre Rioux, analisando a questão sob o ponto de vista da história nacional francesa e com certo pessimismo, realçaria que:

[...] é preciso, doravante, inscrever os assaltos das memórias na crise da temporalidade que tomou as sociedades [...]. O sinal mais forte dessa interferência da perspectiva é a passagem [...] da memória coletiva como narrativa das origens a uma memória como identidade e origem de indivíduos atualmente reunidos, mas, de outra forma, mais singularizados; da irrupção de novas buscas do além separadas do antigo gosto de transmitir um fogo sagrado [...]. Desde então, o motor das memórias parece encravado: presentismo e recusa das promessas de futuro, combinados com a perda do sentido da origem e do destino, conduzem a uma desintegração do memorável como do memorial. (Grifos nossos).<sup>37</sup>

---

34 HARTOG, François. Regimes de historicidade. Op. cit., p. 148.

35 HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Op. cit., p. 29.

36 RIOUX, Jean-Pierre. La France perd la mémoire. 2<sup>a</sup> ed. Paris: Perrin, 2010.

37 “il faut désormais inscrire les assauts des mémoires dans la crise de la temporalité qui a saisi les sociétés [...] Le signe le plus fort de ce brouillage de la perspective est le passage [...] de la mémoire collective comme récit des origines à une mémoire comme identité souche d’individus présentement assemblés mais autrement plus singularisés; de l’irruption de nouvelles quêtes d’au-delà disjointes de l’antique goût de transmettre un feu sacré [...]. Dès lors, le moteur des mémoires semble grippé: présentisme et déni des promesses d’un à venir, combinés avec la perte du sens de l’origine et de la destination, conduisent à un délitement du mémorable comme du mémorial”. RIOUX, Jean-Pierre. La France perd la mémoire. Op. cit., p. 8. Além desta obra, o autor também publicou outros trabalhos sobre o mesmo campo investigativo nos últimos anos, como: RIOUX, Jean-Pierre. (org.). Nos Embarras de mémoire. La France en souffrance. Paris: Lavauzelle, 2008.

À crise das temporalidades que acabamos de sumariar, acrescentemos rapidamente uma outra linha de força bastante atuante na erosão das memórias coletivas convencionais: as redefinições da noção de “espaço”.

### **3.3- Espaço: das fronteiras e referências estáveis às múltiplas interpenetrações de um mundo globalizado**

Com efeito, diversos teóricos ensinam que não existe memória universal, pois ela é um fenômeno atrelado a um grupo, com certos limites no espaço e no tempo, velando pela manutenção de sua coesão interna, por meio de lembranças e pontos de referência em comum.<sup>38</sup> Além disso, também é ponto pacífico que dentre as funções mais essenciais da memória coletiva estão o estabelecimento de fronteiras sociais estáveis entre coletividades diversas, diferenciando-as umas das outras. Para Pollak, caberia à memória:

[...] definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade.<sup>39</sup>

Ocorre, porém, que no final do último século e no início do atual, importantes modificações se fizeram notar nas noções sociais de “fronteira” e “espaço”, afetando a estabilidade da memória coletiva.

O sociólogo Anthony Giddens, por exemplo, observa que após séculos de tentativas, a humanidade enfim conseguiu chegar próximo à tão sonhada compressão do tempo e do espaço. No entendimento do autor, é como se, em algumas décadas, o mundo tivesse mudado de tamanho e se tornado menor.<sup>40</sup>

Essa avaliação de Giddens, aliás, coincidiria com a leitura de Régine Robin sobre o assunto, para quem “O mundo tende a se transformar em um ‘eterno presente’, o de uma tela por meio da qual o indivíduo vive no instantâneo da comunicação e na ubiquidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo”.<sup>41</sup>

Um desenvolvimento como esse, por sua vez, só se tornou possível em decorrência da ação de novas mídias, tecnologias e meios de transporte, que revolucionaram as formas de contato e de superar distâncias. O que era longínquo ficou

---

38 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Op. cit.; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Op. cit., p. 3.

39 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Op. cit., p. 9.

40 Nas raízes dessas aceleradas modificações, por certo, estariam as novas chances abertas ao adensamento dos processos de globalização – em especial no âmbito das tecnologias da informação e da comunicação – pelo capitalismo. Ademais, as diversas inovações infra estruturais em curso produziram resultados não menos que espetaculares nos ramos de televisão, telefonia e internet, alcançando a comunicação em tempo real. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 88-118. Ver também CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, entre outros.

41 ROBIN, Régine. A memória saturada. Campinas: Ed. Unicamp, 2016. p. 410.

então mais próximo; as referências e visões de mundo com que se tinha contato ampliaram-se exponencialmente. Graças a isso, Giddens acentua que indivíduos, grupos e nações estão ficando mais interdependentes e tendo que repensar muitas de suas maneiras habituais de imaginar e construir espaços e fronteiras, físicas ou mentais.

O autor acena, em particular, para a diminuição do poder convencional das barreiras do Estado-Nação, diante do avanço da ideia de uma “comunidade global”. Esta tendência já se faria notar a partir da vinculação mais “direta” entre as instâncias locais e globais na solução de determinados problemas. Influenciamos e somos influenciados, agimos sobre outros locais e outros agem sobre nós:

[...] como membros de uma comunidade global, as pessoas cada vez mais percebem que a responsabilidade social não termina nas fronteiras nacionais [...]. Os desastres e injustiças que as pessoas enfrentam no outro lado do planeta não são apenas infortúnios que devemos suportar, mas representam motivos legítimos para a ação e intervenção.<sup>42</sup>

Por outro lado, Rioux acrescenta que não é apenas o Estado-nação a categoria vitimada pelas tendências mundiais em voga. Um processo mais complexo, que envolve a aliança entre a comunicação em tempo real, o mercado globalizado e a cultura *mainstream*,<sup>43</sup> perpassaria também outros espaços habituais, tão significativos quanto o Estado-nação. Assim, categorias norteadoras fortes como proximidade, localismo, região, nação, além-mar e universalismo, atravessariam um momento de drásticas redefinições, segundo o autor, em meio a uma marcha cujos rumos ainda não são bem conhecidos.<sup>44</sup>

Ora, em face de tantas influências trocadas, de modificações nas formas de imaginar e construir o espaço – físico e mental –, naturalmente, as memórias coletivas convencionais, fundamentadas que estavam em marcos de referências mais estáveis e precisos, como as nações, atidas a horizontes grupais mais limitados espacialmente, sofreriam um profundo questionamento e perderiam, em certa medida, suas bases de sustentação. De quais grupos exatamente somos parte? Quais os seus limites? A que referências devemos seguir? Isso foi o que notaram os autores comentados no início desta seção 2: a erosão de memórias organizadoras, aparentemente sólidas e consolidadas, mediante a perda de suas referências coletivas estáveis. A relativização de fronteiras – quando não a sua inteira dissolução –, aliada às influências de referências vindas de locais diversos, dificultariam a coesão estabelecida, fragmentando memórias. Contudo, acompanhando Huyssen, “é importante reconhecer que embora os discursos

---

42 GIDDENS, Anthony. Sociologia. Op. cit., p. 104.

43 Aquela que adquire abrangência mundial fomentada pela internet e outras mídias. Ver MARTEL, Frédéric. *Mainstream: a Guerra Global das Mídias e das Culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

44 RIOUX, Jean-Pierre. *La France perd la mémoire*. Op. cit., p. 8.

de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias de nações e de estados específicos”.<sup>45</sup>

À luz desses complexos processos sumariados, portanto, conclui-se que redefinições nas orientações *temporais* e *espaciais*, desvalorização do peso do passado ante o presentismo, e relativização de fronteiras físicas e mentais, estão entre as causas principais da crise da memória que, como dissemos antes, coincidiu com as efemérides do Bicentenário da Revolução Francesa, em 1989. É essa crise da memória então experimentada um fator crucial para explicar as dificuldades e questionamentos enfrentados pelos organizadores dos festejos do Bicentenário? Em outros termos, presentismo e novas percepções do espaço foram corresponsáveis pelo enfraquecimento da memória coletiva acerca do Bicentenário, que resultou quer na fragmentação de memórias plurais, em migalhas, quer na corrida aos restos, aos lugares de memória? Avancemos, enfim, para a seção final.

### **Os desafios interpostos aos festejos do Bicentenário espelham a crise da memória?**

A resposta a essas questões não é nada simples. É importante, à vista disso, ir direto ao ponto. Em primeiro lugar, nos parece claro que mesmo que a memória da Revolução Francesa nunca tenha se acomodado aos limites de um único país, as modificações nas noções sociais de espaço à época do Bicentenário afetaram a estabilidade dessa memória, abrindo condições para o avanço daqueles que “em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem de sua herança”.<sup>46</sup>

Se, como mencionamos há pouco, por muito tempo o Estado-nação definira-se, entre outros aspectos, por fronteiras territoriais devidamente estabelecidas, as quais, por seu turno, serviam como ponto de referência à memória coletiva nacional, nos anos de 1980 esse cenário estava mudando. Por intermédio de novas tecnologias, ao Estado territorial vieram se juntar categorias antigas e novas – como o global e o local – que ganharam outros pesos e valores, vindo, assim, a relativizar espaços e fronteiras nacionais historicamente estabelecidas e a embaralhar os pontos de referência espaciais constituídos. Por conseguinte, a memória da Revolução Francesa, fundada em especial sobre as fronteiras da nação, não poderia ficar imune às mudanças de referências ou manter intacto o seu poderio histórico. Ela sofreria abalos.

Esta não é apenas uma inferência apriorística. Analisando as estratégias de atuação da Missão do Bicentenário, percebe-se que seus membros e apoiadores, acompanhando a “variação de escalas e referências espaciais” a que as pessoas estavam sujeitas, planejaram uma comemoração que correspondesse às novas condições,

---

45 HUYSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Op. cit., p. 16.

46 HOBBSAWM, Eric. Ecos da Marselhesa. Op. cit., p. 145.

ultrapassasse as fronteiras convencionais e questionadas da nação, mantendo-se como referência social forte.

Jean-Noël Jeanneney, diretor da Missão Bicentenário, declarou na inauguração da mostra “Revolução, Contrarrevolução, Independência: a Revolução Francesa, a Espanha e a América”, realizada na Espanha em junho de 1989, que:

O tema desta exposição ocupa um lugar simbólico no bicentenário, no sentido de que a comemoração de 1789 é uma iniciativa francesa e, no entanto, é preciso evitar que ela tenha um caráter demasiadamente francês. Tentamos fazer com que a data tenha uma cor universal.<sup>47</sup>

Não se trata tão somente de um ato isolado. O caráter internacional da ocasião supera amplamente as iniciativas semelhantes que foram praticadas no primeiro centenário da Revolução. O próprio Jean-Noël Jeanneney fez diversas viagens oficiais para países e continentes estrangeiros entre 1988 e 1989 em nome da Missão, dentre os quais: Estados-Unidos (duas vezes), Itália (três vezes, para Roma e Bolonha), América Latina, Suíça, Bélgica, Senegal (Dakar), Japão (Tóquio), Espanha (Madrid), URSS (Elbrouz) e Canadá (Montreal).<sup>48</sup>

Na formação de outubro de 1988 da Missão Bicentenário (ver quadro 1), por sua vez, uma comissão liderada por Jean-Pierre Cabouat e Jean Mendelson encarregou-se exclusivamente de estabelecer relações internacionais para fomentar eventos no exterior e divulgar as comemorações realizadas na França. O desfile de 14 de Julho, por exemplo, foi transmitido para mais de cem países, alcançando entre quinhentos e setecentos milhões de telespectadores.<sup>49</sup> Além disso, o Estado francês trouxe os principais líderes mundiais à França para a reunião de cúpula do G7, justamente na altura do 14 de Julho. Os olhos do mundo, portanto, estavam voltados para lá no Bicentenário.

Mas explorar interfaces globais de maneira ativa, relativizando os limites das fronteiras nacionais – o que, de certa forma, atualizaria a memória da Revolução Francesa, fazendo frente às novas percepções do espaço anunciadas pelas revoluções tecnológicas –, não poderia assegurar aos organizadores dos festejos o controle sobre essas fronteiras, como desejavam. Afinal, no cenário globalizado, as referências externas não são apenas vistas nos meios de comunicação. Elas também são recebidas

---

47 El asunto que trata esta exposición ocupa un lugar simbólico en el bicentenario, en el sentido de que la conmemoración de 1789 es una iniciativa francesa y, sin embargo, es necesario evitar que tenga un carácter demasiado francés. Hemos intentado que la fecha tenga un color universal. RUBIO, Andrés Fernández. Jeanneney: "Los ideales de la Revolución Francesa siguen siendo cauces de progreso". El País, Madrid, 20 jun. 1989. Disponível em: [https://elpais.com/diario/1989/06/20/cultura/614296805\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1989/06/20/cultura/614296805_850215.html) Acesso em 24/11/2019.

48 ÉTIENNE-MAGNIEN, Agnès; LAMUR-BAUDREU, Anne-Claude. Le Bicentenaire de la Révolution, Op. cit., p. 23-24.

49 Dans cent deux pays 500 à 700 millions de téléspectateurs pourront suivre le spectacle. Le Monde, Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/dans-cent-deux-pays-500-a-700-millions-de-tele-spectateurs-pourront-suivre-le-spectacle\\_4136905\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/dans-cent-deux-pays-500-a-700-millions-de-tele-spectateurs-pourront-suivre-le-spectacle_4136905_1819218.html) Acesso em: 24/11/2019.

de modo concreto, podendo mudar perigosamente os limites e as referências norteadoras no próprio país.<sup>50</sup>

Um exemplo eloquente das interferências internacionais na memória da Revolução Francesa no Bicentenário nos é dado no âmbito da produção de discursos históricos sobre a Revolução. Se, por muito tempo, o direito de delimitar o que foi e o que não foi a Revolução Francesa – baliza fundamental da estabilidade da memória – esteve sob o controle dos historiadores franceses, tal hegemonia, entretanto, seria quebrada por correntes externas de pensamento em 1989. O enquadramento histórico da memória da Revolução, com seus pontos de referência e limites definidos, se veria, assim, ameaçado de forma inédita e justamente por uma história revisionista, desagregadora, internacional, como se depreende de um estudo de Antoine Baecque sobre a historiografia durante o Bicentenário:

[...] a despeito da rivalidade entre Michel Vovelle e François Furet, a despeito da presença de Mona Ozouf, as réplicas do palco intelectual do Bicentenário foram, em grande parte, monopolizadas pelos atores estrangeiros: Robert Darnton, Keith Baker, Colin Lucas, Lynn Hunt, Patrice Higonnet [...].<sup>51</sup>

Ou seja, se em uma ponta estende-se as fronteiras imaginárias da memória da Revolução Francesa para ampliar sua abrangência e consolidar sua importância aos diferentes indivíduos, em outra um dos pilares de referência dessa memória, como o seu significado histórico, é atingido por ações externas.

Preocupações com as consequências dessa relativização de fronteiras e referências norteadoras foram expressas na edição de 8 de dezembro de 1989 do *Le Monde*, quando o articulista, parafraseando o filósofo Régis Debray, chamava atenção para a necessidade de “restaurar com toda urgência a identidade mínima, a linha ideológica Maginot<sup>52</sup> da República e da Nação, derrotada pela globalização da economia e da cultura”.<sup>53</sup>

Opinião ainda mais crítica já tinha sido veiculada em 15 de julho na seção ponto de vista, com o artigo “Para onde foi o Estado-nação?”, em que se aponta certo distanciamento da população em relação às efemérides com as quais muitos franceses não se reconheceriam mais:

---

50 HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Op. cit., p. 16.

51 BAECQUE, Antoine de. Um mercado mundial de ideias: o “Bicentenário” da Revolução. Op. cit., p. 325.

52 A Linha Maginot constituiu uma linha de defesa erguida pela França em suas fronteiras com a Alemanha e a Itália, depois da Primeira Guerra Mundial.

53 “[...] restaurer en toute urgence l'identité minimale, la ligne Maginot idéologique de la République et de la Nation, battue en brèche par la mondialisation de l'économie et de la culture”. La cérémonie a dévoré la fête L'Etat a confisqué la mémoire et les marchands l'ont débitée en souvenirs de pacotille. *Le Monde*, Paris, 8 dez. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/la-ceremonie-a-devore-la-fete-l-etat-a-confisque-la-memoire-et-les-marchands-l-ont-debitee-en-souvenirs-de-pacotille\\_4166735\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/la-ceremonie-a-devore-la-fete-l-etat-a-confisque-la-memoire-et-les-marchands-l-ont-debitee-en-souvenirs-de-pacotille_4166735_1819218.html) Acesso em: 25/11/2019.

O Bicentenário não será uma festa popular.

Falta de preparação? Improvisação? O desconforto é mais profundo e traduz uma impossibilidade dos franceses e das francesas comemorarem – finalmente a palavra certa, mas quem a usa? – isso que eles não sentem mais como uma conquista ou um valor seguro: a soberania nacional, afirmada e reivindicada em junho de 1789, antes mesmo da abolição dos privilégios na noite de 4 de agosto.<sup>54</sup>

Por outro lado, não foram apenas as referências internacionais a atingir o norteamento e a estabilidade dessa memória. Não podemos esquecer a outra faceta do mesmo processo. Afinal, o peso da categoria local não se fez menos impactante na ocasião do Bicentenário. Jornais e fontes diversas testemunham que as efemérides ou contra comemorações locais muitas vezes conseguiram passar à frente do nacional em 1989.

É difícil não associar a esse cenário o peso de regiões historicamente contrárias à memória aclamativa da Revolução Francesa e sufocadas por ela e que agora logravam impor-se com maior evidência, como o conhecido caso da Vendéia.<sup>55</sup> Nas informações trazidas pelo *Le Monde*, em 7 de julho de 1989, destaca-se que:

Paris exulta e a Vendéia endurece. Duzentos e cinquenta mil nativos da região morreram aqui, muitas vezes em condições atrozes, combatendo os republicanos, e a ferida ainda está viva. A Marselhesa bem poderá ressoar em 14 de julho para exaltar o Bicentenário: ela guarda, na memória vigilante dos vendeanos, notas de um canto fúnebre.

Era duvidoso ao chegar a Angers, mas a evidência está aí: as guerras da Vendéia, que forjaram no horror uma consciência coletiva indestrutível, continuam pesando sobre os comportamentos de hoje. [...]. O armistício foi concluído, mas não a paz. Duzentos anos depois, os azuis (os republicanos) e os brancos (os refratários) ainda se enfrentam: anticlericais e católicos, os campeões da escola particular e os da “escola do diabo”. Esquerda e direita.<sup>56</sup>

---

54 “Le Bicentenaire ne sera pas une fête populaire. Manque de préparation? Improvisation? Le malaise est plus profond et traduit une impossibilité des Françaises et des Français à fêter – enfin le mot juste, mais qui l'emploie? – ce qu'ils ne ressentent plus comme une conquête ni comme une valeur sûre: la souveraineté nationale, affirmée et revendiquée en juin 1789 avant même l'abolition des privilèges la nuit du 4 août.” Point du vue. Où est passé l'Etat-nation? *Le Monde*, Paris, 15 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/point-de-vue-ou-est-passe-l-etat-nation\\_4137012\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/point-de-vue-ou-est-passe-l-etat-nation_4137012_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

55 Região da França contrária à Revolução de 1789 e que à época foi duramente reprimida.

56 “Paris exulte et la Vendée se raidit. Deux cent cinquante mille natifs de la région ont trouvé la mort ici, souvent dans des conditions atroces, en combattant les Républicains, et la plaie est toujours à vif. La Marseillaise pourra bien retentir le 14 juillet pour exalter le Bicentenaire: elle garde, dans la mémoire vigilante des Vendéens, des accents de chant funèbre. On en doutait en arrivant à Angers mais l'évidence est là: les guerres de Vendée, qui forgèrent dans l'horreur une inusable conscience collective, continuent de peser sur les comportements d'aujourd'hui. [...]. L'armistice a été conclu, mais pas la paix. Deux cents ans après, les Bleus (les républicains) et les Blancs (les réfractaires) se font toujours face: les anticléricaux et les catholiques, les champions de l'école privée et ceux de l' " école du diable ". La gauche et la droite.”. La mémoire blanche de la Vendée. *Le Monde*, Paris, 7 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/07/la-memoire-blanche-de-la-vendee\\_4144251\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/07/la-memoire-blanche-de-la-vendee_4144251_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

Ao ocorrido na Vendeia, sem dúvida, poderíamos acrescentar ainda outros, como as memórias dolorosas de Lyon (punida após as insurreições federalistas), que foram representadas em uma exposição em 1989,<sup>57</sup> ou mesmo os ressentimentos contra a proeminência das elites de Paris ante outros locais, os quais aproveitavam-se do momento para se fazer ouvir aqui e acolá:

Trata-se de denunciar a antiga pretensão de uma certa Paris como a vitrine de uma França cosmopolita, mas não humanista. A política cultural de Jack Lang, eficaz e previdente em seus primeiros dias, havia criado esperanças que agora estão decepcionadas. Alta costura, perfumaria de luxo, arte de vanguarda e belo canto, é claro, têm méritos, mas a França não se reconhece aí, mesmo a França de Paris, que, em sua imensa maioria, se encontra afastada dessas festividades de ricos e privilegiados. Mesmo [...] a Ópera da Bastilha está fora do alcance da maioria dos parisienses.<sup>58</sup>

Portanto, nos parece que os limites, fronteiras e pontos de referência estáveis da memória da Revolução Francesa são amplamente tensionados por uma nova orientação espacial, que se manifesta à época do Bicentenário e que, valorizando bem mais do que antes as categorias locais e internacionais, desloca as referências de memória fundadas nas fronteiras nacionais, ameaçando essa memória de crise e fragmentação. Mesmo que empenhada (ao ponto de criar comissões específicas de relações internacionais e projetos locais), a Missão Bicentenário não pode salvar por inteiro os seus festejos, posto que é incapaz de deter o processo em curso. Afora isso, ela tem ainda que lidar com os desafios trazidos pelas novas percepções do tempo, que também dessacralizam as grandes narrativas do passado. É este o segundo e derradeiro ponto de nosso argumento.

Com efeito, presentismo e individualismo, queda das esperanças nos projetos coletivos de futuro e apego ao presente como caminho principal de compreensão da vida, desafiam as estabilidades duradouras associadas às grandes narrativas e ensinamentos do passado.<sup>59</sup> Sem projetos ou horizontes coletivos de expectativas, interessa o passado que sirva ao presente e ao imediato, ao individualismo e ao vínculo

---

57 Expositions "Les Lyonnais pendant la Révolution". Le Monde, Paris, 15 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/rhone-alpes\\_4137001\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/rhone-alpes_4137001_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

58 "Il s'agit de dénoncer l'antique prétention d'un certain Paris à être la vitrine d'une France cosmopolite mais non humaniste. La politique culturelle de Jack Lang, efficace et clairvoyante à ses débuts, avait éveillé des espoirs qui sont maintenant déçus. La haute couture, la parfumerie de luxe, l'art d'avantgarde et le bel canto ont, certes, des mérites, mais la France ne s'y reconnaît pas, même la France de Paris qui, dans son immense majorité, se trouve écartée de ces festivités de riches et de privilégiés. Même [...] l'Opéra de la Bastille est hors de portée de la majorité des Parisiens." Bicentenaire: On a volé la Bastille. Le Monde, Paris, 15 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/bicentenaire-on-a-vole-la-bastille\\_4136970\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/bicentenaire-on-a-vole-la-bastille_4136970_1819218.html) Acesso em: 30/11/2019.

59 HARTOG, François. Regimes de historicidade. Op. cit.

que se queira estabelecer ao social.<sup>60</sup> Os festejos do Bicentenário, atrelados que estavam à condição de portadores de ensinamentos do passado para o presente e o futuro, não sairiam, assim, incólumes a isso.

O Estado francês, um comitê interministerial e uma comissão científica de 46 membros, que deveriam auxiliar a Missão do Bicentenário, bem que tentaram governar o processo, controlando os sentidos e ensinamentos históricos do passado, como testemunham a bem organizada estrutura de componentes da Missão (ver quadro 1) e o acurado roteiro estipulado para as comemorações, o qual privilegiava sete momentos fortes em 1989: voos de balão, em 1º de janeiro; a plantação de árvores da liberdade, em 21 de março; o desfile dos Estados Gerais em Versalhes, no dia 4 de maio; a festa da Fraternidade, em 10 de junho; o desfile triunfal de 14 de julho; a comemoração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 agosto; o aniversário da batalha de Valmy, em 16 de setembro.<sup>61</sup>

De modo geral, há destaque para datas, acontecimentos e valores que reafirmam a narrativa gloriosa da Revolução, cujos legados devem inspirar o presente e o futuro. Essa, aliás, é parte da estratégia dos diretores da Missão do Bicentenário desde a posse de Edgar Faure (03/1987 – 03/1988), para quem:

[...] a comemoração tinha, certamente, que ser voltada para o passado, as datas a serem comemoradas, mas na perspectiva de celebrações futuras [...]. A celebração tinha que se desdobrar em uma atmosfera de reconciliação nacional, desenvolvimento europeu e universalismo. [...] A equipe [...] manifesta assim sua vontade de uma comemoração voltada para a atualidade das “aquisições” da Revolução.<sup>62</sup>

Todavia, no âmbito dos festejos concretos, o compromisso pessoal que se estabelece com o roteiro elaborado, muitas vezes parece entrelaçado aos interesses do indivíduo e do presente e não de narrativas coletivas, com sentido definidos do passado a instruir o presente e preparar o futuro.

O desapego em relação às memórias e narrativas oficiais fica patente, por exemplo, na valorização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mas, ao mesmo tempo, na defesa de que esses ideais sejam estendidos no presente a mulheres, estrangeiros e povos africanos;<sup>63</sup> no acerto de contas com o passado colonialista francês;<sup>64</sup> na crítica aos gastos vultosos na preparação dos festejos e ao policiamento de

---

60 CANDAU, Joël. Memória e identidade. Op. cit., p. 194-195.

61 ÉTIENNE-MAGNIEN, Agnès; LAMUR-BAUDREU, Anne-Claude. Le Bicentenaire de la Révolution, Op. cit., p. 10-11.

62 “[...] la commémoration devait, certes, être tournée vers le passé, les dates à commémorer, mais dans la perspective des célébrations futures [...]. La célébration devait se dérouler dans une atmosphère de réconciliation nationale, de développement européen et d’universalisme. [...] L’équipe [...] ainsi manifester sa volonté d’une commémoration tournée vers l’actualité des ‘acquis’ de la Révolution”. Idem, p. 9.

63 “Brûle, rivière, brûle”, de Jean-Pol Fargeau Noirs et Blancs. Le Monde, Paris, 15 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/brule-riviere-brule-de-jean-pol-fargeau-noirs-et-blancs\\_4136938\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/15/brule-riviere-brule-de-jean-pol-fargeau-noirs-et-blancs_4136938_1819218.html) Acesso em: 25/11/2019.

64 Les droits de l’homme noir De Saint-Domingue à la Nouvelle-Calédonie, la question coloniale ne cesse de renvoyer aux Français leur propre image. Le Monde,

Paris que cerceia as passagens no 14 de Julho;<sup>65</sup> no título provocativo da matéria no *Le Monde*: “A cerimônia devorou a festa. O Estado confiscou a memória e os comerciantes converteram-na em lembrancinhas de má qualidade”.<sup>66</sup> A comemoração é válida, mas não pode ser monopólio de ninguém e muito menos fonte predefinida de ensinamentos.

Por conseguinte, não é apenas o interesse em transmitir o passado coletivo da nação, em celebrar antigos heróis que se enuncia em 1989, porque esse tipo de memória perdeu espaço.

Isso também não significa, por fim, o encerramento de toda e qualquer forma de memória coletiva, mesmo a da Revolução Francesa da qual aqui nos ocupamos. Como evidenciam as fontes analisadas na seção 1 deste artigo, multidões acorreram aos festejos do Bicentenário. Não obstante a isso, muitas manifestações contrárias ou divergentes se fizeram ouvir, em alto e bom som. Talvez, mais do que pessoas “que não gostam da Revolução”, o Bicentenário tenha presenciado uma crise da memória, doravante mais cindida do que em outros momentos por memórias minoritárias, plurais, que se aproveitam da relativização de pontos de referência estruturados (espaciais e temporais) para se manifestar e conquistar espaço. Se muitos, em busca de referências, apegam-se aos lugares de memória consagrados no roteiro oficial, as ações de outros tantos evidenciam que algo mudou: é a forte cobrança de direitos para estrangeiros, mulheres e negros; são as feridas abertas do passado colonialista; as marcas do sofrimento dos vendeanos, a preponderância da historiografia revisionista a pautar a explicação do passado; ou, ainda, a provocação aberta da primeira ministra britânica Margareth Thatcher a questionar, em plena Paris em festa, o primado francês na luta pelos direitos do homem;<sup>67</sup> ou mesmo a recusa do alto clero francês em participar da cerimônia de transferência ao Panteão das cinzas de Abade Grégoire, padre e bispo que jurou a Constituição civil do clero durante a Revolução.<sup>68</sup>

Acompanhando Joël Candau:

[...] admitir nossa radical individualidade e a impossibilidade definitiva de um compartilhamento absoluto com o Outro é, talvez, a única maneira de reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar

---

Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/les-droits-de-l-homme-noir\\_4137607\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/les-droits-de-l-homme-noir_4137607_1819218.html) Acesso em 25/11/2019.

65 La réunion des "Sept" et le Bicentenaire Contre-offensive de la majorité après les attaques sur les "fastes". *Le Monde*, Paris, 14 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/la-reunion-des-sept-et-le-bicentenaire-contre-offensive-de-la-majorite-apres-les-attaques-sur-les-fastes\\_4146987\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/14/la-reunion-des-sept-et-le-bicentenaire-contre-offensive-de-la-majorite-apres-les-attaques-sur-les-fastes_4146987_1819218.html) Acesso em: 25/11/2019.

66 “La cérémonie a dévoré la fête L'Etat a confisqué la mémoire et les marchands l'ont débitée en souvenirs de pacotille”. *Le Monde*, Paris, 8 dez. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/la-ceremonie-a-devore-la-fete-l-etat-a-confisque-la-memoire-et-les-marchands-l-ont-debitee-en-souvenirs-de-pacotille\\_4166735\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/la-ceremonie-a-devore-la-fete-l-etat-a-confisque-la-memoire-et-les-marchands-l-ont-debitee-en-souvenirs-de-pacotille_4166735_1819218.html) Acesso em: 25/11/2019.

67 La préparation du sommet des Sept et la célébration du Bicentenaire "Les droits de l'homme n'ont pas commencé en France", nous déclare Mme Thatcher. *Le Monde*, Paris, 13 jul. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/13/la-preparation-du-sommet-des-sept-et-la-celebration-du-bicentenaire-les-droits-de-l-homme-n-ont-pas-commence-en-france-nous-declare-mme-thatcher\\_4146921\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/07/13/la-preparation-du-sommet-des-sept-et-la-celebration-du-bicentenaire-les-droits-de-l-homme-n-ont-pas-commence-en-france-nous-declare-mme-thatcher_4146921_1819218.html) Acesso em: 29/11/2019.

68 Le cardinal Lustiger et l'abbé Grégoire Dans une interview au "Monde". *Le Monde*, Paris, 8 dez. 1989. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/religions-le-cardinal-lustiger-et-l-abbé-gregoire-dans-une-interview-au-monde-l-archeveque-de-paris-explique-l-absence-de-l-eglise-de-france-au-transfert-des-cendres-du-pretre-cons\\_4165982\\_1819218.html](https://www.lemonde.fr/archives/article/1989/12/08/religions-le-cardinal-lustiger-et-l-abbé-gregoire-dans-une-interview-au-monde-l-archeveque-de-paris-explique-l-absence-de-l-eglise-de-france-au-transfert-des-cendres-du-pretre-cons_4165982_1819218.html) Acesso em: 29/11/2019.

toda ideia de submissão.<sup>69</sup>

Assim sendo, a crise e a transformação das memórias coletivas ajudam-nos a explicar os desafios enfrentados pela Missão Bicentenário, os quais, por sua vez, nos revelam as faces da mudança, em alguns de seus mais ricos detalhes.

Recebido em 10 de outubro de 2019.

Aprovado em 05 de dezembro de 2019.

---

69 CANDAU, Joël. Memória e identidade. Op. cit., p. 194-195.